



Sociedade Brasileira de Pediatria

Nº 54 Ano X abril/maio 2008

NOTÍCIAS



Artística de Carvalho/GFC Studio

Dra. Maria Mazzarone, com o paciente David Moreno Brito no Ambulatório de Pediatria do Hospital Gaffrée e Guinle da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Pediatria em defesa da saúde pública!

(Págs. 4 a 8)

PALAVRA DO PRESIDENTE



Rogério Albuquerque

Colegas, a saúde pública brasileira atravessa turbulência. Concebido no fervor da Constituição-cidadã, o SUS nasceu com princípios éticos e normas de direito inquestionáveis. Inovou na forma. Ousou no conteúdo. Recuperou sonhos. Trouxe de volta utopias. Apontou rumos para tornar viável a Reforma Sanitária no País. Acenou com a divisa da igualdade e mostrou o horizonte da universalidade. Avanços e conquistas multiplicaram-se a despeito de restrições orçamentárias.

No entanto, as políticas de saúde de-

finidas desde então revelaram denominador comum que lhes restringe o alcance, distanciando-as progressivamente dos marcos éticos e legais contidos no ideal da Reforma. Em nome da simplificação, abandonou-se a qualidade. Em lugar da assistência diferenciada à saúde, prevaleceu a lógica dos indicadores quantitativos, nem sempre coerentes com o princípio da igualdade dos direitos, mormente quando se fala em saúde coletiva.

O ativismo de gestores pouco afeitos ao dinamismo da realidade ganhou importância crescente na estrutura do Siste-

O SUS trouxe conquistas importantes. Agora não carece apenas de mais recursos. É hora de atualizar a Reforma Sanitária à luz das demandas de uma realidade social em transformação

ma. A rejeição das divergências assumiu a postura da intolerância. O discurso da verdade única gerou jargões repetitivos, eivados de arrogância. A evolução do SUS perdeu o rumo. Parou. Está à deriva.

As grandes estratégias, como o PSE, mantêm fachaça, mas aprofundam o fosso entre a saúde das classes privilegiadas e o cotidiano de doenças que consomem vidas da população pobre. A decadência do atendimento oferecido ao povo brasileiro não esconde o desleixo, a desatenção, a iniquidade. O SUS não carece unicamente de mais recursos orçamentários. Reclama urgen-

tes mudanças, sob pena de mergulhar na degradação estrutural e conjuntural que o coloca na ante-sala do impasse.

A SBP, consciente da relevância da saúde pública no País, não se omite. Ao contrário, critica, denuncia e propõe. É hora de atualizar a Reforma Sanitária à luz das demandas de uma realidade social em transformação. As propostas da entidade foram entregues ao Secretário da Assistência à Saúde do Ministério, e comunicadas ao Ministro Temporão. Adotá-las é contribuir para o inadiável redirecionamento do SUS com a qualidade que a população do País está a merecer.

Grande abraço,

Dioclécio Campos Júnior

O e-mail do presidente é: sbp@sbp.com.br

PALAVRA DO DIRETOR



"Infelizmente foi preciso que uma calamidade, como a da dengue, caísse sobre nós para que as autoridades de saúde pública reconhe-

cessem que quem está capacitado para o atendimento de crianças é o pediatra. O cadastro de associados da Sociedade Brasileira de Pediatria mostra que existem pediatras no estado do Rio de Janeiro em número suficiente para o atendimento da população. Devemos

Infelizmente foi preciso ocorrer uma calamidade para que as autoridades de saúde pública reconhecessem que quem está capacitado para o atendimento de crianças é o pediatra

levar em consideração, ainda, que nem todos estão associados à entidade. Logo, o que não existe é uma política de recursos humanos adequada para que o estado possa ter profissionais suficientes para atendimento

de toda sua rede. Faltam, também, condições adequadas de infra-estrutura para o atendimento da população. Não faltam pediatras no estado, o que falta é as autoridades de saúde pública valorizarem a vida de nossas crianças". **Publicado na seção Cartas dos Leitores do Jornal O Globo, em abril.**

Eduardo da Silva Vaz
2º vice-presidente da SBP

PALAVRA DA FILIADA



Rogério Albuquerque

"Lembraram-se do pediatra. A epidemia de dengue no Rio de Janeiro levou à "surpreendente" constatação pela Secretaria de Saúde daquele estado do suposto déficit de pediatras para atendimento em uma situação de calamidade. Por outro lado, a Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro diz que não faltam pediatras. Ao contrário. Há número suficiente. Existem cerca de sete mil. O que a Secretaria não revela é a política do Estado, não só do Rio de Janeiro, como dos demais do Brasil, de não valorização de seus funcionários, dentre eles a categoria médica. É uma sistemática de muitos anos e que levou à atual situação de caos revelado em um momento de crise.

Exercendo uma especialidade eminentemente clínica, os pediatras foram desvalorizados ao longo de décadas pelos planos de saúde, que pagam valores irrisórios por uma consulta médica, e pelo setor público, que remunera muito mal aqueles que têm a responsabilidade e, no final das contas, o ônus de cuidar de vidas. Mesmo assim, não faltam pediatras no Rio de Janeiro. Falta, sim, coragem para dizer a verdade à população. Dizer das péssimas condições de trabalho, da baixa remuneração que se paga ao médico. Não podemos desviar o foco do problema e jogar as responsabilidades em uma classe que é vítima tanto quanto os doentes de dengue. Ocorrem falta de leitos e de pessoal e um total despreparo da rede pública para atender a uma demanda de crise. Falta treinamento para atendimento em

No Rio de Janeiro e na Bahia os pediatras não estão aceitando trabalhar por remuneração irrisória e condições precárias. O setor privado já percebeu isso

catástrofes e epidemias.

Assim como no Rio de Janeiro, na Bahia os pediatras não estão aceitando trabalhar por valores irrisórios e em condições precárias. O setor privado da

saúde percebeu esta mudança de atitude e atualizou a remuneração, ofereceu treinamento para os profissionais e melhores condições de trabalho. Na Bahia, temos mais de mil pediatras exercendo atualmente a especialidade, distribuídos entre os setores público e o privado, muitos trabalhando nos dois setores. Faz-se necessário entender o recado do Rio de Janeiro, não somente em relação à pediatria, como também à classe médica em geral". **Publicado no Correio da Bahia, em abril.**

Fernando Barreiro
Presidente da Sociedade Baiana de Pediatria (Sobape)



SBP Notícias

Publicação da Sociedade Brasileira de Pediatria, filiada à Associação Médica Brasileira

Conselho Editorial: Dioclécio Campos Júnior e Reinaldo Martins.

Editora e coordenadora de produção: Maria Celina Machado (reg. prof. 2.774/ MG)/ ENFIM Comunicação;

Redator/copidesque: José Eudes Alencar/ ENFIM Comunicação;

Colaborador: Daniel Paes/Iracema Comunicação;

Estagiária: Priscila Melo;

Projeto gráfico e diagramação: Paulo Felício;

Colaboraram nesta edição: os funcionários da SBP;

Endereço para correspondência:

SBP/ Rua Santa Clara, 292 Copacabana
Rio de Janeiro - RJ 22041-010
Tel. (21) 2548-1999 Fax: (21)2547-3567
imprensa@sbp.com.br
http://www.sbp.com.br

“O futuro começa aqui!”

*Divulgação do conhecimento, incentivo ao aumento da produção de artigos para publicação em periódicos e intercâmbio entre pesquisadores. Estes são os objetivos do Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Saúde da Criança e do Adolescente, que será realizado de 11 a 13 de setembro, no Rio de Janeiro. O evento é promovido pela SBP, Sociedade de Pediatria do Rio de Janeiro, Instituto Fernandes Figueira – Fiocruz e Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A comissão científica é presidida pelo dr. Clemax Sant’anna. Saiba mais, pelo www.sbp.com.br e leia, a seguir, entrevista com a **dra. Maria Elisabeth Moreira**, presidente do Congresso:*

Como será o evento?

O congresso será uma ótima oportunidade para troca de experiências, para que os médicos enriqueçam suas pesquisas com as contribuições de colegas. É importante que as pessoas se conheçam, associem suas pesquisas, formem grupos de autores para trabalhos mais abrangentes. Para os alunos de iniciação científica, graduação e pós-graduação será oferecido o círculo metodológico, uma oportunidade de mostrar seus trabalhos para os pediatras mais experientes. O público alvo são profissionais de saúde, alunos de pós-graduação, bolsistas de aperfeiçoamento e de iniciação científica interessados ou que já trabalham em pesquisas. No dia 12, teremos a mesa-redonda “A formação do pediatra no Brasil: perspectivas e desafios frente às necessidades do SUS” e também a atividade paralela “Os desafios e as perspectivas das pós-graduações *strictu sensu*”. Nestes encontros, pretendemos estabelecer um momento de debate amplo em todos os níveis, da iniciação científica ao doutorado.

Os investimentos na área de pesquisa e ensino são satisfatórios?

Não são, por vários motivos. Nos últimos anos, o perfil de mortalidade infantil tem mudado substancialmente. As políticas públicas de saúde endereçadas ao tratamento precoce das pneumonias, da diarreia, e à prevenção das doenças infecciosas através da vacinação, contribuíram significativamente para a redução da mortalidade entre os dois meses e cinco anos de vida. Surgiram então novos desafios a serem enfrentados, que necessariamente necessitam da produção de novos conhecimentos. Para tanto, é necessário preparar pesquisadores e profissionais de saúde, capazes não somente de produzir conhecimento, mas de transformá-lo em prática. E investir em pesquisas na área da saúde da criança que contribuam para a formação de um adulto sadio.

E isto está sendo feito?

Existem mais trabalhos sobre paliativos do que para prevenção. Apesar de se saber que o estudo da saúde da criança pode proporcionar melhores condições de vida para o adulto pouco se tem investido ainda nesta área, no mundo inteiro, pois é um esforço que demanda mais tempo. Precisamos saber, por exemplo, se um medicamento poderá comprometer o crescimento, mas isso é muito caro. Infelizmente, os laboratórios acabam preferindo colocar na bula que “o medicamento não foi testado em crianças”. Na verdade, na pesquisa em saúde da criança e do adolescente estamos vivendo atualmente uma dramática escassez de recursos. Precisamos de mais fomento na área. O futuro começa aqui!



Dra. Maria Elisabeth Moreira

Há dados sobre esta escassez?

No Brasil, não se chegou a cumprir nem 50 % da agenda de prioridades em pesquisa em saúde da criança nos financiamentos do Departamento de Ciências e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit), Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais (Faps) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos últimos cinco anos. A obesidade na infância, por exemplo, vem aumentando e em alguns locais já chega a cerca de 30%. Se não houver um investimento maciço em pesquisas para o entendimento deste e de outros problemas e em ações que possam reverter o quadro, esta geração de crianças será a primeira em dois séculos que terá uma expectativa de vida menor que a de seus pais.

Com que preocupação foi organizada a programação?

Os temas escolhidos para este congresso têm como objetivo discutir as ações necessárias



para a melhoria da qualidade da pesquisa e do ensino produzidos na área da saúde da criança no Brasil e as estratégias para que os resultados possam transformar a assistência e influenciar a formação do profissional, buscando modelos com melhor relação custo/benefício. Neste sentido, as pesquisas contribuem imediatamente para a construção, a implementação e a adesão às boas práticas clínicas, melhorando os processos e os resultados e construindo evidências que possam indicar uma mudança de modelo na pediatria.

Serão apresentados cerca de 200 trabalhos, com temas para todas as linhas de pesquisa

Poderia adiantar algo sobre as pesquisas que serão apresentadas?

Teremos em torno de 200 trabalhos, com temas em saúde perinatal, prematuridade e baixo peso ao nascer, crescimento e desenvolvimento, pesquisa clínica, sobre processos de trabalho, avaliação de serviços, áreas clínicas relacionadas a diversas especialidades, saúde mental, violência contra a criança, acolhimento, pesquisas qualitativas relacionadas à saúde da criança e ética em pesquisa com seres humanos. Enfim, teremos temas para todas as linhas de pesquisa. ■

AGENDA SBP - 2008

Data	Evento	Local / Contato
Setembro 11 a 13	Congresso de Ensino e Pesquisa	Hotel Glória / Rio de Janeiro – RJ Tel.(41) 3022 1247 cursos.eventos@sbp.com.br
Setembro 24 a 28	65º Curso Nestlé de Atualização em Pediatria	Centro de Convenções / Natal – RN Tel.(41) 3022 1247 www.nestle.com.br/nutricao infantil
Novembro 09 a 12	XV Congresso Brasileiro de Infectologia Pediátrica	Centro de Convenções de Vitória – ES Tel. (41) 3022 1247 cursos.eventos@sbp.com.br

Consulte o www.sbp.co.br/cursos_e_eventos!

Ao lado da população

Um documento com propostas da SBP para o sistema público de saúde e uma “lembança de compromisso já assumido” foi remetido ao ministro José Gomes Temporão, aos pediatras cadastrados no portal da Sociedade e divulgado em carta aberta às autoridades e à população, em abril. Entregue pelo dr. Dioclécio Campos Jr. ao dr. José Noronha, Secretário de Atenção à Saúde, em maio, assinala reivindicações históricas, como a inserção da pediatria no Programa Saúde da Família e a isonomia na remuneração entre os médicos que atuam na sala do parto. A Sociedade também lançou sugestões como a “criação de carreira no SUS à semelhança da existente no Poder Judiciário” e o “credenciamento de médicos para atendimento de clientela do SUS em seus próprios consultórios”. Em abril, a diretoria executiva da SBP se reuniu, na sede, no Rio de Janeiro, com a direção da Sociedade de Pediatria do Estado, a Soperj (foto), para discutir o andamento das ações geradas pela crise sanitária agravada com a dengue. Participou também o pediatra Sidnei Ferreira, do Conselho Regional de Medicina do estado, o Cremerj.

Desde janeiro, bem antes de ser anunciada a epidemia, a Soperj estava atenta ao grande aumento do número de notificações da doença, reunindo a diretoria e os Comitês Científicos, promovendo cursos de atualização para os pediatras, participando de discussões com as instâncias do poder público envolvidas, fornecendo sugestões de conteúdo para a qualificação de processos seletivos, defendendo as vítimas de maneira intransigente, transmitindo informações aos médicos e à população pelo portal e em entrevistas à imprensa. “Em agosto do ano passado, quando realizamos um Fórum sobre a situação profissional, avisamos as autoridades sobre a carência de médicos na rede pública”, assinala a presidente, dra. Fátima Coutinho. “Estava claro que o baixo investimento e a desestruturação dos serviços pediátricos ocorridos nos últimos anos colocavam em risco a saúde das crianças e adolescentes pobres, que dependem do atendimento do SUS”, observa. “Vimos trabalhando durante o auge da crise e desde antes dela, em consonância com a filosofia da SBP, com apoio da diretoria e participação direta do presidente, alertando o executivo, contribuindo com o que consideramos ser o nosso papel”, frisa.

Alguns “gestores são mestres em deslocar para outrem a responsabilidade que lhes cabe”, comentou o presidente da SBP, no documento “A pediatria em tempos de dengue”, publicado na grande imprensa e enviado aos pediatras da mala direta do portal da SBP, onde ainda está disponível (ver “Dengue na criança” ou “Anteriores”). “Como a dengue tornou-se doença grave para crianças, matando-as em grande número, os gestores atribuem a novidade epidemiológica à falta de pediatras no Rio de Janeiro. (...) É distorção inescrupulosa dos fatos. O estado conta com 7.000 colegas, segundo informação da Soperj. Vale dizer, 43 pediatras por 100.000 habitantes. O dobro da proporção atual existente nos países da Europa!”, observou. A “faixa da população brasileira que não depende dos serviços públicos para resolver seus problemas de saúde não tem qualquer dificuldade de encontrar pediatra para cuidar de seus filhos. É o caso dos próprios gestores, cujo discurso aponta para a falta de pediatras no País. Não para seus filhos, é claro. Só para os pobres”, disse também o dr. Dioclécio no texto “A pediatria e



No sentido horário, os Drs. Dioclécio (centro), Edson Liberal, Sheila Tavares, Maria de Fátima Coutinho, Dennis Burns, José Roberto Ramos, Márcia Galvão, Maria Elisabeth Moreira, Eduardo Vaz, Sidnei Ferreira e Marilene Crispino

os vetores do atraso” (ver portal da SBP).

Durante a epidemia da dengue, “fizeram a população acreditar que o caos se instalara porque não havia médicos, não havia pediatras. Mas a verdade não é essa, absolutamente”, ressaltou o dr. Sidnei Ferreira, do Cremerj. Em nota sobre a convocação de profissionais de outros estados, a diretoria da Soperj afirmou: “longe de atender às necessidades de saúde da população, busca alternativas para a redução de custos, reforçando a idéia do descaso com as crianças. (...) As precárias condições de trabalho, o desrespeito e falta de reconhecimento têm sua visibilidade magnificada pela gravidade com que a dengue ora se manifesta na população pediátrica. No entanto, nossas unidades públicas de saúde estão esvaziadas de pediatras há muito tempo e essa questão vem sendo alertada pela Soperj também há muito tempo”.

“É um desperdício de dinheiro público”, criticou o dr. José Paulo Vasconcellos Ferreira, presidente da Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul, ao

comentar sobre o envio de pediatras gaúchos para o Rio. “A crítica não se estende aos voluntários, mas à estratégia do governo do Rio”, disse ao jornal Zero Hora, fazendo coro com as instituições médicas sobre os gastos extras com passagens, hospedagens, e com o fato do anúncio sobre a convocação dos profissionais dos outros estados ter sido feito pela imprensa antes da convocação aos próprios médicos do Rio. Isso sem contar que aos de fora foi oferecida remuneração superior à dos profissionais fluminenses. Para deixar clara a situação, a presidente da Soperj explica que, mesmo depois que o Governo do Estado concordou em pagar os mesmos R\$ 500,00 por plantão de 12 horas oferecidos aos profissionais de fora, os médicos do Rio que puderam aceitar a proposta, tiveram que somar a carga horária a seus demais compromissos, situação diferente dos colegas que cumpriram apenas esta jornada nas tendas de hidratação montadas, e continuaram recebendo seus salários, mantidos pelos demais secretários de saúde dos estados de origem.



David Marcos/ Imagem do Povo

É importante ressaltarmos que, “o fato de ganharem tão pouco faz com que os clínicos tenham que assumir várias atividades ao mesmo tempo, o que torna difícil aumentar a carga de trabalho na crise”, assinalou dra. Fátima Coutinho. Dra. Maria Elisabeth Moreira, vice-presidente da Soperj, é enfática: “toda ajuda sempre é bem vinda. Mas é preciso que se saiba a verdade, que falta material de hospital, faltam locais para atendimento, falta capacitação profissional, falta segurança para a assistência à saúde, falta muita coisa”. Para se ter uma idéia, dr. Sidnei Ferreira lembra que já teve que ir com os colegas do Cremej a posto de saúde “ajudar uma médica que estava atendendo, o bandido chegou, a empurrou e matou o paciente”.

Atuando no Conselho há mais de quatro anos, dr. Sidnei dá um depoimento importante: “visitamos as unidades de saúde regularmente e posso assegurar que a situação não é fácil. Já fizemos levantamento sobre a falta de médicos e de condições de trabalho na rede básica e nos hospitais. Nos reunimos com as Secretarias de Saúde do município e do estado por várias vezes, já estivemos com o Ministério Público. Não há estrutura pra funcionar normalmente, faltam médicos nos plantões. Instituições que são referência em ortopedia não têm ortopedista, por exemplo, não têm neurocirurgião, a maioria não tem pediatria! Outras não têm sequer aparelho de raio x. Está tudo errado”, desabafa. A situação da saúde “é caótica há muito tempo e não se toma providência nem na capital, nem nos demais municípios, nem no estado”, assinala. “Hoje o paciente roda por vários especialistas, gasta verba do SUS, do convênio, e muitas vezes não tem

diagnóstico. É preciso valorizar o trabalho do clínico, do pediatra, e tratá-lo, de maneira diferenciada. Quem pode mudar a lógica é o governo. É uma questão política”, ressalta.

Antes da próxima crise

Em 16 de maio, os dados divulgados pela Secretaria indicavam que a epidemia de dengue de 2008 já tinha feito 109 óbitos no estado, 42% de menores de 15 anos. Desde janeiro, foram registrados 145.350 casos da doença, cuja curva descendente é atribuída principalmente à queda da temperatura. Lembrando que “também os hospitais particulares estiveram lotados” durante a epidemia, dr. Eduardo Vaz ressaltou a importância de que sejam evitadas as próximas crises e que “há prognósticos desanimadores para 2009”. Uma estratégia importante, para o dr. Edson Liberal, que participa inclusive do Conselho Municipal de Saúde, é a articulação dos diversos setores, das várias instituições da área. Dra. Marilene Crispino reforça a importância de que “a população seja mais esclarecida sobre o que fazer nesses momentos”. Sobre isso, dra. Fátima Coutinho adianta que a Soperj criou um Grupo de Trabalho específico sobre a Dengue e que já está sendo preparada uma orientação voltada para as famílias, conforme discutido na reunião conjunta entre a SBP e a Soperj.

O protocolo atualizado para médicos

Elaborado pela Soperj e pela Secretaria Municipal de Saúde, o fluxograma com a conduta para os casos de crianças com suspeita de dengue foi disponibilizado nos portais da SBP (ver Departamento

Científico/ Infectologia/ Informações científicas sobre a dengue) e da Soperj para os associados, pois contendo procedimentos médicos, a conduta não pode ser divulgada para a população. “Atualizamos o protocolo do Ministério da Saúde (MS), que percebemos não atender perfeitamente às necessidades da assistência à população pediátrica num quadro de epidemia”, informou a dra. Fátima Coutinho. “Incluímos, por exemplo, sinais de alerta para gravidade da doença, apropriados para crianças menores de dois anos, que não conseguem verbalizar o que sentem. O trabalho foi muito voltado para impedir a piora dos pacientes. Agora vamos aperfeiçoá-lo, especificando mais também os procedimentos para os casos pediátricos de terapia intensiva”, completa.

Lições e pontos positivos

“Na hora da verdade, os gestores reconheceram a desqualificação do PSF para diagnóstico, tratamento e prevenção dos agravos à saúde da criança e do adolescente. Buscam pediatras. Importam pediatras. Imploram pediatras. Doravante não terão mais argumentos para negar à infância e à adolescência o direito ao atendimento pediátrico”, afirmou o dr. Dioclécio em um dos textos enviados aos associados. “No auge do caos, a opinião pública tomou conhecimento do salário indecoroso que o SUS paga ao médico, particularmente ao pediatra. (...) A população passa a entender a razão da precariedade da assistência médica que lhe é reservada pelos sucessivos governos. É nossa aliada para exercermos pressões legítimas”, escreveu o presidente.

Elogiando muito o trabalho da Soperj e assinalando que a diretoria da SBP fez questão de reforçá-la, de unificar a manifestação da pediatria “não correndo risco de eventuais diferenças dentro da mesma instituição”, dr. Dioclécio lembra o caráter federativo da SBP: “as grandes políticas são definidas pelo Conselho Superior e a representação em cada unidade da Federação é realizada pelas filiadas”. Dra. Fátima completa: “se houve algo positivo nessa crise, foi a união da pediatria. Recebemos muitas manifestações de apoio dos colegas. Vários presidentes de Sociedades estaduais se manifestaram até pela imprensa”. Também foram inúmeros os associados que responderam às newsletters enviadas pelo portal, com opiniões, sugestões, num movimento crescente.



Nove propostas e um compromisso

No momento em que o SUS comemora 20 anos, a SBP apresenta as propostas da pediatria para corrigir distorções, aprofundar conquistas. Chamando atenção para a necessidade de mudanças urgentes, dr. Dioclécio levou, pessoalmente, em maio, ao Secretário de Atenção à Saúde, o documento abaixo resumido. Dr. José Carvalho de Noronha afirmou que vai analisá-las, convocar a equipe e convidar a SBP para uma discussão. O presidente da SBP foi enfático: “trouxemos aqui nove sugestões. Mas o segundo item é uma lembrança de um compromisso já assumido pelo Ministro, que me incumbiu, em março do ano passado, quando a diretoria da Sociedade tomou posse, de anunciar aos colegas que uma de suas primeiras iniciativas seria equiparar a remuneração do pediatra na sala de parto à do obstetra. Os colegas estão nos cobrando e consideramos o cumprimento da palavra inadiável”.

Dr. Dioclécio lembrou ao secretário que, ainda como Secretário de Atenção à Saúde, dr. José Gomes Temporão, respondeu à notificação extrajudicial da SBP, afirmando concordar com todos os argumentos que indicavam a necessidade da isonomia, cuja concretização dependeria “da disponibilidade de recursos financeiros no orçamento de 2007”. A reivindicação da Sociedade é antiga. Foi apresentada inúmeras vezes, desde a gestão do dr. Lincoln Freire, a diversas equipes do Ministério. “Cansado de não ter resposta, formalizei a solicitação junto à Secretaria de

Assistência à Saúde e, depois de 10 meses aguardando, decidimos fazer a citação extrajudicial da autoridade, o que ocorreu no dia 23 de novembro de 2006 pelo Oficial de Justiça do Cartório de Brasília. O prazo dado foi de 48 horas e, de fato, tivemos a resposta”, informou o dr. Dioclécio ao **SBP Notícias 46**. Veja a seguir:

Brasília, 14 de maio de 2008

Exmo. Sr.

Dr. José Carvalho de Noronha
Secretário de Atenção à Saúde
MINISTÉRIO DA SAÚDE

Senhor Secretário,

Em nome da entidade que tenho a honra de dirigir, manifesto a V.Excia. a preocupação da pediatria brasileira diante dos evidentes sinais de precariedade da assistência à saúde da criança e do adolescente no âmbito do SUS. Não bastasse a pobreza de recursos materiais disponíveis nas unidades públicas de saúde que atendem o referido grupo etário da população, há ainda a indizível desvalorização do trabalho dos pediatras no contexto geral da atenção à saúde da infância e da adolescência no País.

*Tenta-se propalar, contrariamente aos dados da realidade, que há falta de pediatras no Brasil, justificativa no mínimo equivocada para a flagrante carência desse profissional nas unidades do SUS. **Dispomos de 20 pediatras para 100.000 habitantes**, índice um pouco maior que o observado na comunidade europeia, cuja **taxa de fertilidade** é levemente inferior à de 1,88, que atingimos em 2007. **Nem a classe média, nem a elite têm dificuldade de garantir atendimento pediátrico para seus filhos.** Os próprios gestores sabem disso, posto que não se valem do SUS para assistir sua prole.*

*Na verdade, não faltam médicos no Brasil. Há 350.000 para 180.000.000 habitantes, ou seja, **1 médico para 500 habitantes**. O dobro do que a Organização Mundial da Saúde recomenda, isto é, **1 médico para 1000 habitantes**. No entanto, desde priscas eras, **sua distribuição no País é completamente destoante das necessidades** de atenção à saúde das **populações menos favorecidas**. Sempre foi assim. Não por culpa do médico, nem por número insuficiente deste profissional, mas por **vício de origem inerente a um modelo econômico** que deixa, nas mãos do livre mercado, a responsabilidade de definir o que é prioritário para a população. O resultado não poderia ser diferente. (...)*



Bruno Pires

O esvaziamento dos quadros pediátricos do sistema público de saúde no Brasil não decorre de desinteresse das novas gerações de médicos pela especialidade, como às vezes se insinua. É do próprio sistema público de saúde que parte o desinteresse, quase o desrespeito, pela pediatria. Há algumas décadas, o SUS adota a estratégia de excluir a assistência pediátrica do âmbito das políticas implantadas, assumindo atitude contrária aos direitos da criança e do adolescente. Sem se preocuparem com a qualidade do atendimento prestado à população nessa faixa etária, gestores delegam a atenção à saúde da infância e da adolescência a profissionais não médicos ou a médicos não pediatras. (...)

*A desvalorização da assistência pediátrica na saúde pública brasileira não expressa o que a população aspira, muito menos o que espera. Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em setembro de 2005 mostra que **97% das mães de todos os estratos sociais das capitais do País querem seus filhos atendidos***

pelo pediatra, não por outro profissional. E mais, 70% delas querem levá-los ao pediatra, preferencialmente para consultas de acompanhamento da saúde, não apenas quando estejam doentes. É a força da puericultura a se revelar com toda atualidade em pleno século XXI. (...)

A Sociedade Brasileira de Pediatria, entidade comprometida com a saúde pública do País, defende, há algum tempo, mudanças que o SUS precisa promover para se ajustar ao seu grandioso papel. (...) Diante do exposto, submeto a Vossa Excelência as propostas a seguir apresentadas, sempre no intuito de contribuir para o processo de reformulação das políticas públicas de saúde, medida inadiável à sobrevivência e fortalecimento do SUS.

1. Incluir o atendimento pediátrico no Programa de Saúde da Família, na forma de estrutura de apoio às equipes, na proporção de **1 pediatra para cada 4 equipes**, remunerando-o com o mesmo salário pago ao médico generalista de adulto que atende crianças no PSF.

2. Equiparar a remuneração do pediatra que assiste o recém-nascido na sala de parto ao valor pago ao obstetra que assiste o parto.

3. Criar carreira para o médico do SUS que, à semelhança do que faz o Poder Judiciário, pague salários atraentes e estabeleça **passagem obrigatória por regiões economicamente pobres, como etapa promocional**, a fim de corrigir a má distribuição de médicos imposta pela lógica do mercado.

4. Modificar a tabela de remuneração do SUS para dar coerência ao discurso de saúde pública. O valor pago pela consulta do clínico de adultos, do pediatra, do gineco-obstetra e do cirurgião geral deverá ser maior que o valor da consulta do especialista. Deverá também ser superior ao dos procedimentos sem complexidade. O valor atual de R\$ 10,00 por consulta é simbólico. O pior plano de saúde paga, no mínimo, três vezes mais. O SUS tem de privilegiar a consulta médica das especialidades básicas. Caso contrário, continuará a reproduzir a lógica do mercado e a perder profissionais com competência clínica.

5. Sistematizar e remunerar, mediante valores compatíveis com sua importância, consultas de puericultura, feitas pelo pediatra, situando-as na categoria de prioridades para a promoção da saúde da criança e do adolescente.

6. Credenciar médicos para atendimento de clientela do SUS em seus próprios consultórios. A experiência já foi feita, com êxito, no final da década de 1960 e início da década de 1970 pelo antigo INAMPS. É prática comum no sistema de saúde do Canadá, tido como referência de sistema público. O credenciamento poderia ser implantado para as **quatro áreas básicas da medicina clínica e em regiões, cidades ou bairros onde a carência de médicos do sistema público seja suprida pelos credenciados.** A adoção da medida reduziria custos com construção e manutenção de unidades de saúde e com quadro de pessoal. Remuneraria apenas pelo serviço efetivamente prestado. Permitiria uma rápida expansão da atual capacidade de atendimento do sistema público de saúde. Definiria o valor da consulta médica tendo por referência o



Dra. Maria Mazzarone, David e a mãe Erica Moreno Brito

que pagam os planos de saúde e estabeleceria teto de consultas por médico. O modelo tornaria mais fácil o acesso da população à assistência médica pelo SUS e desafogaria a demanda que atualmente sobrecarrega centros e postos de saúde, além de unidades de pronto atendimento ou emergência. Abriria campo de trabalho para as novas gerações de médicos e enriqueceria o Sistema Público com uma rede de atendimento mais ágil, capaz de aplicar protocolos de prevenção, diagnóstico e tratamento formulados pelo Ministério da Saúde. Traria de volta a possibilidade de uma melhor relação médico-paciente por meio do processo de personalização do atendimento, que praticamente desapareceu com a massificação inevitável da assistência provida por médicos contratados para operar as atuais unidades de saúde. Um sistema de auditoria permanente garantiria o funcionamento

dentro dos padrões concebidos pelo Ministério.

7. Investir na qualidade dos centros e postos de saúde, conferindo-lhes estrutura de funcionamento que desperte respeito e orgulho nos usuários. Desde a qualidade das edificações, sua concepção arquitetônica adequada, a limpeza e o conforto dos espaços, até a disponibilidade de equipamentos mínimos essenciais como estetoscópios, otoscópios, balanças, antropômetros, termômetros, e tensiômetros, quase sempre inexistentes na maioria das unidades da rede pública. Garantir componentes elementares tais como torneiras de água corrente, sabão, pias e toalhas para a lavagem de mãos. Além disso, lençóis de papel para cobrir a maca de exame médico, que possam ser descartados entre um paciente e outro.

8. Introduzir indicadores qualitativos de impacto para avaliação de resultados dos investimentos feitos em saúde pública. Não se restringir a supostas coberturas quantitativas que impressionam pelos números atingidos, mas decepcionam, quando surpreendidas pela demanda da realidade.

9. Dar prioridade às ações e estratégias que, baseadas em evidência científica, **contribuam para proteger a vida e assegurar as condições de saúde necessárias à plenitude do crescimento e do desenvolvimento da infância e da adolescência.**

10. Criar rede institucional de proteção à criança e ao adolescente mediante mecanismos de estímulo, facilitação e fortalecimento do trabalho dos cuidadores encarregados dessa nobre missão na sociedade.

A entidade da pediatria brasileira cumpre, pelo presente instrumento, o compromisso maior com as causas de interesse coletivo. Além do dever de fazer as críticas que entende cabíveis, procura exercer a ação propositiva que emana dos 98 anos de engajamento a enriquecer sua respeitável história.*

Atenciosamente,

Dioclécio Campos Júnior

Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria

(* Os grifos são do SBP Notícias)

Sociedade e Ministério unem forças pela Saúde Neonatal

A criação de uma rede nacional de informação sobre recém-nascidos em UTIs neonatais (hoje existem iniciativas localizadas), de um programa de gestão destas UTIs e de um curso de transporte

de recém-nascidos. Estas foram as principais decisões da primeira reunião do Grupo Técnico (GT) de Saúde Neonatal, coordenado pelo presidente do Departamento Científico de Neonatologia da

SBP, dr. Paulo Nader, como parte do acordo de cooperação assinado esse ano entre a Sociedade e o Ministério da Saúde (MS).

O encontro ocorreu no final de maio, no escritório da SBP em Brasília, e foi aberto com a presença do dr. Adson França, diretor de Ações Programáticas Estratégicas do MS, que representou o

ministro José Gomes Temporão. Saudando os presentes, dr. Dioclécio Campos Jr. salientou a importância da parceria com o Ministério, “que representa uma visão inovadora de compartilhamento de responsabilidades e competências entre o poder público e a sociedade civil, objetivando a solução de graves problemas que desafiam há muito tempo a Saúde brasileira”. Dr. Adson manifestou a satisfação do ministro em “poder contar com a SBP, entidade de compromisso social bastante visível e que tem apresentado muitas sugestões para o aprimoramento do SUS”.

Foram discutidas “diretrizes para a redução da mortalidade neonatal e a melhoria da qualidade de vida das crianças, reunindo, num só projeto nacional, ações em andamento e outras

novas, cuja execução já começa em 2008. O programa engloba, além da neonatologia, propostas para a saúde da mulher na gestação e no parto”, informa o dr. Paulo. Participam do GT os drs. Elsa Giugliani, coordenadora da Área Técnica da Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério, João Aprígio, coordenador nacional da Rede de Bancos de Leite Humano, Daphne Rattner, da Área de Saúde da Mulher do MS, Francisco Martinez, Zeni Lamy, Zuleica Portela, Álvaro Madeiro, Sônia Lanski e os integrantes do Departamento de Neonatologia da SBP, drs. José Maria de Andrade Lopes, Rejane Cavalcante, Jucille Menezes e Ruth Guinsburg, também uma das Gerentes do Programa de Reanimação Neonatal da Sociedade.



Da esq. para a dir., os drs. Adson França, Elsa Giugliani, Rejane Cavalcante, Francisco Martinez, Ruth Guinsburg, José Maria de Andrade Lopes, Zuleica Portela Albuquerque, João Aprígio, Daphne Rattner, Álvaro Madeiro, Paulo Nader e Dioclécio

Comissão da Câmara aprova ampliação da licença-maternidade

Empresas já garantem o benefício

A “Comissão de Seguridade Social e Família” da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, em maio, o projeto de lei 2513/07 da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), apresentado com base em proposta da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), e que amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade, em troca de incentivos fiscais. A relatora, deputada Rita Camata (PMDB/ES), lembrou a origem da iniciativa, ressaltando o papel da Sociedade e agradecendo a presença ali do presidente, dr. Dioclécio Campos Jr. Assinalou também a crescente adesão ao projeto e sua fundamentação, na importância do aleitamento materno exclusivo durante seis meses e, mais ainda, no fortalecimento das relações de afeto na família – “é preciso reconstruir o ambiente social favorável ao crescimento e ao desenvolvimento das futuras gerações”, observou.

O PL 2513/07 foi aprovado em outubro do ano passado, por unanimidade, pelo Senado e, em março desse ano, pela “Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Pú-

blico” da Câmara. Como tem “caráter conclusivo”, se for aprovado sem parecer divergente pelas próximas duas Comissões que vão analisá-lo, e se não houver recurso contrário, não precisará ir a plenário. O projeto segue agora para a Comissão de “Finanças e Tributação” e depois para “Constituição e Justiça e Cidadania”, antes de ser enviado para a sanção presidencial. Pela proposta, as empresas que concederem os dois me-

ses a mais terão direito a ressarcimento integral em impostos federais. O projeto também autoriza a administração pública federal a conceder a licença de seis meses para suas servidoras.

Em todo o País, inspirados na campanha, mais de 90 municípios e nove estados já adotaram a licença-maternidade de 180 dias para as funcionárias públicas do executivo. No Maranhão, a licença ampliada foi sancionada em abril para as servidoras do judiciário. No Rio de Janeiro, a Cedae (com 7.500 funcionárias) e a Light (com 811) assinaram em maio um termo de adesão ao Programa Maternidade Cidadã do Governo do Estado – lei proposta pelo deputado estadual Coronel Jairo, inspirada na Campanha “Seis meses é melhor!” – prorrogando, também voluntariamente e em troca de benefícios, a licença-maternidade das trabalhadoras das empresas. A Wal-Mart Brasil (68 mil funcionários, dos quais 45,5% são mulheres) anunciou, ainda no final de maio, que garantiria a conquista a partir de 1º de julho. Saiba mais, pelo www.sbp.com.br!



Relator promete agilizar tramitação de PL sobre educação infantil integral

Dr. Dioclécio e dr. Eduardo Vaz, 2º vice-presidente da SBP, foram recebidos, em maio, pelo senador Gim Argello, designado relator do Projeto de Lei nº 698, de 2007, elaborado pela SBP em parceria com a senadora Pa-



trícia Saboya. “Expusemos a ele sobre a iniciativa que visa criar o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei) e seu alcance social. Discorremos sobre a proposta, que propicia condições concretas, ágeis e eficientes para a expansão qualificada da rede de educação infantil no País, particularmente para as camadas menos favorecidas, com participação das entidades privadas sem fins lucrativos”, informou o presidente da SBP. De acordo com o dr. Dioclécio, o senador adiantou que seu parecer será favorável à proposta e prometeu contribuir para agilizar a tramitação.

27 de julho, 98 anos da SBP e Dia do Pediatra

“Às 20 horas de 27 de julho de 1910, o médico de crianças de maior prestígio da época, dr. Antônio Fernandes Figueira, presidia a sessão de instalação da entidade que, no final do século, seria a terceira do mundo na especialidade – a Sociedade Brasileira de Pediatria.

Era a culminação de um processo iniciado ainda no século XIX, que marcou a entrada efetiva do Brasil na Pediatria, seja pela implantação do ensino da especialidade, seja pela instalação da primeira clínica de crianças, da primeira entidade de proteção à infância e do primeiro hospital infantil” (Um compromisso com a esperança. História da Sociedade Brasileira de Pediatria – 1910 -2000. Glauco Carneiro. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000. Pg. 132).



Em 2000, quando a Sociedade comemorou 90 anos, o então presidente, dr. Lincoln Freire, propôs e o Conselho Superior aprovou que a data passaria a ser comemorada como o Dia do Pediatra. Completando agora 98 anos, a SBP é a segunda entidade pediátrica do mundo em número de associados, e a maior sociedade médica de especialidade do País.

VI Congresso Paraibano de Pediatria

Comemorando a data da categoria, a Sociedade Paraibana de Pediatria (SPP) abrirá o seu VI Congresso, marcado para 24 a 26 de julho, em João Pessoa, com uma mesa-redonda sobre a profissão, coordenada pela presidente, dra. Gilca Gomes. Representando o Departamento de Defesa Profissional da SBP, dr. Álvaro Machado Neto abordará as “Perspectivas do pediatra no mercado de trabalho”, dr. Cláudio Orestes enfocará as “ações do Comitê da SPP” e o dr. Genário Barbosa discutirá “questões éticas em pediatria”.

Completam a programação, mesas-redondas sobre Infectologia, Adolescência, Gastroenterologia,

Alergia, Nutrição, Neurologia/Genética, Neonatologia, Emergência e UTI, Pneumologia, Cardiologia/Reumatologia e Cirurgia infantil/Oncologia pediátrica, com participação

de diversos especialistas. Segundo a dra.

Gilca, “o congresso foi elaborado com cuidado, objetivando o melhor aprimoramento científico”.

Os trabalhos de Temas Livres deverão ser enviados até 30 de junho, prazo também para as inscrições com menores preços (R\$ 140,00 para não-associados, R\$ 100,00 para associados; R\$ 60,00 para residentes

e R\$ 40,00 para estudantes de medicina). O contato pode ser feito pelos tels. 83.3225-3811/ 9961-4091 ou pediatriapb@yahoo.com.br. O evento será pontuado pela CNA.



Pernambuco e a inclusão da pediatria no PSF

A presidente da Sociedade de Pediatria de Pernambuco (Soepepe), dra. Lúcia Trajano, e o vice-presidente do Departamento Científico de Defesa Profissional da SBP e presidente do Comitê da filiada, dr. Silo de Holanda, estiveram, em abril, em audiência com o Secretário estadual de Saúde, dr. Jorge Gomes, quando foi apresentada a proposta da Sociedade de inclusão da pediatria no Programa Saúde da Família. Foi discutida a portaria do Ministério da Saúde de janeiro último,

que criou os Núcleos de Apoio ao PSF (NASF), que podem incluir pediatras, entre outros profissionais. O Secretário se comprometeu a estudar a implantação no estado e levar a discussão para as reuniões com os prefeitos – convidando inclusive os representantes da Soepepe – e com o Governo Federal. “A proposta já deu muito certo em Volta Redonda (RJ). Solicitamos o apoio do secretário para levá-la às prefeituras pernambucanas”, comentou dra. Lúcia.

70 anos da Soepepe e o exemplo do dr. Milton Medeiros

Como parte das comemorações dos 70 anos da Soepepe, será realizado o Congresso Pernambucano de Pediatria nos dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro. O evento dará ênfase à atualização do pediatra, com temas que vão do nascimento à adolescência, desde as vacinas até a nutrição para a saúde futura. “Para marcar o aniversário da entidade, queremos também afirmar sua trajetória e lembrar os pediatras que são grandes exemplos para nós”, acrescenta a dra. Lúcia, citando o ex-presidente e

fundador da Soepepe, membro emérito da Academia Brasileira de Pediatria, dr. Milton Medeiros, falecido aos 92 anos em 10 de abril. No portal da SBP, está disponível a íntegra do texto do também ex-presidente da Soepepe, dr. João de Melo Regis Filho, em homenagem ao colega (“Dr. Milton, um exemplo”), que se especializou em Pediatria, Radiologia Pediátrica e Medicina Esportiva em períodos distintos de sua vida, publicando inúmeros trabalhos, e contribuindo de diversas maneiras.



Fórum Gaúcho para a valorização do pediatra

Realizado em Porto Alegre, durante o Congresso Gaúcho de Atualização em Pediatria, em junho, o Fórum de Valorização do Pediatra “era um desejo antigo dos colegas”, comenta a dra. Rita de Cássia Silveira, coordenadora do evento organizado pela Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul (SPRS) e integrante do Departamento de Neonatologia da SBP. Foram discutidos

assuntos como a qualificação profissional, honorários e a situação do pediatra nas cidades do interior. O Congresso e o Fórum foram pioneiros no estado e resultam de um trabalho que vem sendo desenvolvido pela SPRS para o fortalecimento da doutrina pediátrica e para a defesa de melhores condições de trabalho e de remuneração do médico da criança e do adolescente.

Rio Grande do Sul e o uso prudente de antibióticos

Alertar os colegas para o uso prudente de antibióticos é o objetivo da campanha desenvolvida pela Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul e tema do boletim científico lançado agora pela entidade. Os coordenadores, drs. Rita de Cássia Silveira e Moacyr Saffer, presidente

do Departamento de Otorrinolaringologia da SBP, lembram que o trabalho foi iniciado há dois anos. A SPRS distribuiu o material para seus associados e disponibilizou no portal (www.sprs.com.br), para que todos os pediatras do País tenham acesso”, informa a dra. Rita.



Integração e apoio às filiadadas

Incrementar o apoio às filiadadas menores foi a principal decisão do I Encontro de Integração Regional das Entidades Pediátricas do Norte do Brasil realizado em maio, em Manaus (AM). Criado com objetivo de “oferecer uma oportunidade para que a diretoria da SBP conheça mais profundamente as questões de cada filiada, dentro do contexto da região”, como explica a coordenadora de Integração Regional, dra. Valéria Bezerra (a 4ª da esq. para a dir. na foto), a reunião contou com a presença dos drs. Eduardo Vaz, vice-presidente da SBP; Marilene Crispino, diretora de Finanças e Mariângela Barbosa, coordenadora de Apoio às Filiadas, além dos

presidentes das Sociedades de Rondônia, Robson Bezerra; Roraima, Nympha Salomão; Amazonas, Corina Batista e Amapá, Maribel Smith, e da própria dra. Valéria.

“Estabelecemos os compromissos de que a SBP fará um investimento financeiro e logístico nas filiadadas com menos recursos e que estas realizarão ações para aumentar a presença local da Sociedade - como a campanha pela ampliação da licença-maternidade, dentre outras, em defesa da saúde da criança e do adolescente”, informa o dr. Eduardo Vaz. De acordo com dra Marilene Crispino, a reunião não se restringiu a intenções, discutindo ações concretas,

“com muita resolutividade” e o objetivo é estreitar a relação da diretoria executiva com as filiadadas. “Nosso propósito é ouvir mais de perto os presidentes e que estes estabeleçam mais diálogo entre si. Como vivenciam realidades parecidas, podem criar soluções juntos, numa dinâmica bem ágil”, observa.



Márcio James

Diretoria da Socep toma posse

A diretoria da Sociedade Cearense de Pediatria (Socep) tomou posse em maio, em cerimônia que contou com a presença do presidente da SBP, dr. Dioclécio Campos Jr. A nova presidente, dra. Regina Portela (no centro à esq. com dra. Anamaria Caval-



cante), está entusiasmada: “Dos 15 integrantes da diretoria, 11 estão participando pela primeira vez e essa renovação, com certeza, nos trará ainda mais entusiasmo e criatividade”, ressalta. Entre os planos está o acompanhamento das políticas governamentais voltadas para a criança e o adolescente, a criação de um núcleo de pesquisa pediátrica, o incremento dos projetos de educação continuada e na área social, além do estabelecimento de convênios que proporcionem ao pediatra remuneração compatível com o padrão de vida a que tem direito.

IV Curso de Atualização em Pediatria de Londrina

Com 72 pediatras de 37 cidades do Paraná e do sul de São Paulo, o IV Curso de Atualização em Pediatria de Londrina teve sua aula inaugural, sobre “o direito da criança ao atendimento pediátrico”, proferida pelo dr. Dioclécio Campos Jr. Iniciativa da Regional de Londrina da Sociedade Paranaense de Pediatria (SPP), em parceria com o Departamento de Pediatria da Associação Médica e com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HUTec), o

curso começou em março e vai até dezembro. “Muitos participantes já o fizeram antes e quiseram voltar justamente por ser uma boa oportunidade de reciclagem, além de valer 40 pontos na atualização do TEP”, comenta um dos coordenadores, dr. Milton Macedo, presidente do Departamento de Defesa Profissional da SBP e vice-presidente da SPP. Como as aulas são mensais, com duração de oito horas, o curso é dividido em módulos e cada mês um tema é abordado por um ou mais especialistas.



Criada Academia Paranaense de Pediatria

Comemorando 74 anos da entidade, a Sociedade Paranaense de Pediatria (SPP) criou, em março, a Academia do estado. De acordo com o dr. Aristides Schier, presidente da SPP, “a proposta surgiu da diretoria e teve no dr. Diether Garbers um grande mobilizador. A finalidade da Academia é aconselhar a diretoria na tomada de decisões, além de preservar a memória da entidade e o reconhecimento daqueles que vêm marcando a história da pediatria no Paraná”. Como exemplo, o dr. Aristides cita o dr. César Pernet, professor de pediatria em Curitiba, no Rio de Janeiro

e no Recife, responsável por contribuições importantes no campo da nutrição das crianças”, assinalou. A Academia possui 20 patronos e 20 titulares, dentre os quais estão os drs. Mitsuru Miyaki, Zilda Arns, Milton Macedo, Romolo Sandrini Neto e Eliane Cesário. O evento reuniu cerca de 230 pessoas, dentre as quais os drs. José Macedo, presidente da Associação Médica; Gerson Zafalon, presidente do Conselho Regional de Medicina; Hélio Germiniani, vice-presidente da Academia Paranaense de Medicina e o reitor da Universidade Estadual de Maringá, Décio Sperandio.

Homenagens

Com pesar, o presidente da Academia Brasileira de Pediatria, dr. Edward Tonelli, informou aos colegas o falecimento, em 24 de maio, do professor e Acadêmico Emérito, Eduardo de Almeida Rego. “Nosso estimado colega era natural de Marília (SP), tinha 69 anos, deixa três filhas e um filho (...). Dedicou-se com entusiasmo ao ensino, à pesquisa, à assistência e à administração acadêmica na Universidade Estadual de Londrina. (...) Segundo a Sra. Cirene Silva Almenara, com quem estava casado, vivia ‘um bom momento’, de férias e com tempo para longas conversas com seu filho caçula, de 13 anos, cujos estudos sempre acompanhou de perto”.

Professor Azarias

O professor Azarias Andrade de Carvalho faleceu em 17 de maio, aos 90 anos. “Vai-se assim mais um símbolo de uma geração dedicada de corpo e alma à pediatria”, diz o texto do dr. Dioclécio Campos Jr., disponível no portal (*ver Documentos/Comunicados*). Tendo ocupado a cadeira de número 13 da Academia Brasileira de Pediatria até passar à condição de Emérito, dr. Azarias foi também homenageado pelos colegas, em texto redigido pelo acadêmico e professor Calil Kairalla Farhat, e publicado na íntegra também pelo portal (*ver Academia Brasileira de Pediatria*).

65º Curso Nestlé de Atualização em Pediatria

O 65º Curso Nestlé de Atualização em Pediatria será realizado em Natal (RN), entre os dias 24 e 28 de setembro. Organizado em parceria com a SBP e a Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Norte (Sopern), terá duas publicações da Sociedade em destaque nas atividades “pré-curso”, no dia 24. Às 14h, será apresentada a segunda edição do Manual de Nutrologia. A primeira saiu em 2006 e foi atualizada pelo Departamento Científico (DC) da área, que também acrescentou um capítulo sobre

a alimentação na prevenção de doenças crônicas. Dra. Roseli Sarni, presidente do DC, fará uma palestra sobre a importância da higiene alimentar na prevenção de doenças no adulto. Às 16h, será a vez da divulgação do Manual para a prevenção da Obesidade na Infância e na Adolescência. Dr. Fabio Ancona, vice-presidente da SBP, fará palestra sobre as implicações do excesso de peso a curto, médio e longo prazos.

A partir do dia 25, o curso contará com mesas-redondas e colóquios sobre

diversos temas, começando pela alimentação nas diversas faixas etárias (do recém-nascido ao adolescente). O aleitamento materno em situações especiais terá participação da dra. Elsa Giugliani, do Ministério da Saúde, que falará sobre o caso do RN gemelar e outras situações de risco. Os professores também vão abordar “como conduzir e quando encaminhar ao especialista” o paciente com infecção do trato urinário, com tosse persistente e com dor abdominal. A programação

inclui a “qualidade de vida da criança (Escola de qualidade; Saúde ambiental e Licença-maternidade de seis meses)”; segurança (Abuso sexual e violência, anticoncepção na adolescência e prevenção de acidentes de trânsito), a identificação precoce dos problemas mentais, causas de diarreia crônica, “Conduzindo no Pronto-Socorro” e as endemias atuais, entre muitos outros assuntos. Para outras informações, acesse www.sbp.com.br (Cursos e Eventos).

Manual de Obesidade Infantil é lançado em Belo Horizonte

O lançamento do Manual da SBP para a prevenção da obesidade infantil ocorreu em maio, em Simpósio realizado em Belo Horizonte (MG). Organizado pelo Departamento Científico (DC) de Nutrologia da Sociedade e pelo Comitê da Sociedade Mineira de Pediatria (SMP), o evento foi aberto pelo presidente da filiada, dr. Fábio Guerra. Em sua conferência, dra. Roseli Sarni, presidente do Departamento, assinalou a importância de “políticas públicas voltadas para a prevenção, com a promoção da alimentação saudável, o estímulo ao gasto energético e a limitação de abusos na divulgação de alimentos prejudiciais à saúde”. Dra. Maria Arlete Escrivão, também do DC, fez palestra sobre as “Morbidades associadas à obesidade” e o dr. Paulo Pimenta,

presidente do Comitê de Nutrologia da SMP, coordenou a apresentação de casos clínicos. O acadêmico Ênnio Leão foi homenageado por sua importância como precursor da Nutrologia Pediátrica no País, e Rubens Fabel, gerente da Nestlé Nutrition Espírito Santo/ Minas, pela parceria com os pediatras.

O Departamento de Nutrologia também se reuniu paralelamente e fez uma avaliação final do Consenso Brasileiro de Alergia Alimentar, produzido com os Departamentos de Alergia e Imunologia, e Gastroenterologia da SBP, e em parceria com a Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia (ASBAI). Assim como o Manual de Obesidade Infantil e a segunda edição do Manual de Nutrologia, o Consenso será postado para os associados da SBP.



Integrantes do Departamento de Nutrologia e da diretoria da SBP, de Comitês da SMP e professores da Universidade Federal de Minas Gerais, no lançamento do Manual

Títulos

O gabarito da prova do Título de Especialista em Pediatria (TEP) será divulgado no dia três de julho e o resultado final sai no dia 25. Também estão publicadas as listas dos aprovados nos con-

ursos para obtenção dos Certificados de Especialista em Pediatria com Área de Atuação em Reumatologia Pediátrica e em Nefrologia Pediátrica. Acesse o www.sbp.com.br e saiba mais!

Cresce a integração entre os pediatras do Cone Sul



Da esquerda para a direita: Os Drs. Nóbrega, Margarita Ramonet (vice-presidenta da Soc. Argentina de Pediatria), Dioclécio, Angela Gentile (Soc. Argentina de Pediatria), Gonzalo Giambruno (presidente da Soc. Uruguia de Pediatria), Mário Grenoville (presidente da Soc. Argentina de Pediatria), Ivan Peñaranda Pérez (pres. da Soc. Boliviana de Pediatria), Daniel Beltramino (ex-presidente da Soc. Argentina de Pediatria), Lydia Tellerias (presidenta da Soc. Chilena de Pediatria), Gustavo Cardigni (tesoureiro da Soc. Argentina de Pediatria), Nélida Valdata (secretária geral da Soc. Argentina de Pediatria) e Antonio Arbo (presidente da Soc. Paraguaia de Pediatria).

A equivalência dos currículos de pediatria e o estabelecimento de um mínimo de três anos para os programas de residências no Cone Sul são alguns dos objetivos definidos pelas sociedades de pediatria dos países que integram a Região, em reunião realizada em abril, em Buenos Aires. A SBP foi representada pelo presidente, dr. Dioclécio Campos Júnior, e pelo diretor de relações internacionais, professor Fernando de Nóbrega. Na pauta, temas de interesse comum para a saúde da criança e do adolescente e o objetivo de buscar estratégias que contribuam para consolidar a integração entre as entidades que congregam os pediatras do sul do continente americano.

Foram discutidos projetos educativos, processos de certificação,

publicações científicas e a abertura dos serviços de pediatria à política de intercâmbio de recursos humanos. “A reunião permitiu um grande avanço dos esforços para a unificação da qualidade e dos compromissos da pediatria”, avalia o presidente da SBP. Para o dr. Nóbrega, o encontro aponta “para um amadurecimento político e institucional das entidades pediátricas da Região” e mostra uma “evolução irreversível na construção da comunidade das nações do Cone Sul.”

A coordenação das iniciativas ficou a cargo do presidente da Sociedade Argentina de Pediatria, dr. Mário Grenoville. Os dirigentes passarão a realizar dois encontros anuais das sociedades de pediatria do Cone Sul, e o próximo já está marcado para outubro

Conquistas e desafios, nos 18 anos do ECA

“Inspirado diretamente na Convenção dos Direitos da Criança da ONU adotada pelo Brasil em 1989, o ECA é fruto de intensa mobilização da sociedade civil”, lembra a dra. Alda Elizabeth Iglesias Azevedo, representante da SBP como titular do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em seu capítulo publicado no Tratado de Pediatria (SBP. Barueri, SP: Manole, 2007). “A partir de 1986, quando o País se preparava para redigir uma nova Constituição, teve início um grande movimento para influenciar a Assembléia Nacional Constituinte em favor da infância e da adolescência. (...) Recolheram-se mais de dois milhões de assinaturas para a criação de duas emendas populares, resultando na inclusão dos arts. 227 e 228 na Constituição. O primeiro trata do princípio da prioridade absoluta. O segundo da maioridade penal, em razão do qual juristas, advogados e representantes de organizações de defesa dos direitos humanos se mobilizaram para a elaboração do ECA. Em 13 de julho de 1990, obedecendo ao artigo 227 da Constituição Federal, foi aprovada a Lei Federal nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, substituindo o antigo Código de Menores”, rememora.

Ao completar 18 anos, o ECA continua sendo “uma das legislações mais avançadas do mundo. É hora de aprofundar os debates, conhecer melhor o Estatuto e suas atribuições. Queremos ampliar, cada vez mais, a participação dos colegas pediatras nos Conselhos de Defesa de Direitos em todos os níveis, assim como a notificação dos casos de violência, e reforçar nossa atuação conjunta com as demais entidades, por mais direitos para crianças e adolescentes em todas as áreas”, assinala.

Compromisso, esperança, paz social

Texto da dra. **Rachel Niskier Sanchez** distribuído nos seminários regionais sobre os 18 anos do ECA e disponível na íntegra no portal www.sbp.com.br

Década de 80. As campanhas “Criança – Constituinte” e “Criança – Cidadã” mobilizavam a todos que

combatiam na área da infância. Reuniões, manifestações públicas, abaixo-assinados, mais reuniões para conferir os frutos que nasciam do grande grupo entusiasmado. (...) A sociedade, como produto de intenso movimento de mobilização de inúmeros segmentos, vê nascer a Constituição Brasileira de 1988 e nela o Artigo 227 que sinaliza, com luz forte, o norte que deverá indicar o rumo dos caminhos em direção à proteção e promoção dos direitos da população infante - juvenil. À procura da equidade, a “Constituição – Cidadã” é companheira solidária.

Década de 90. O trabalho prossegue, a organização é cada vez mais necessária e, de todos os lugares, os militantes se chegam e neste cenário, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA estreia na vida de milhões de cidadãos brasileiros desde o útero materno até os 18 anos de idade. É o clarão multicolorido que não pode e não deve esmorecer, inaugurando uma era de implantação da cultura da cidadania. (...)

Século novo - nova década. Novos tempos. Esperança revivida. Já são o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), 26 Conselhos Estaduais e um Distrital, 4016 Conselhos Municipais e 3477 Conselhos Tutelares (SIPIA/MJ, 2003). (...) Denunciar as carências aos órgãos competentes, efetivar as medidas de proteção possíveis e seguir rigorosamente o que dita o ECA, são princípios que devem ser respeitados por todos os operadores de direitos, sejam eles provenientes de quaisquer áreas envolvidas com a questão da infância e da adolescência. (...) O Brasil se orgulha de seu aparato legal relativo à infância e à adolescência. Que as meninas e os meninos brasileiros se orgulhem do Brasil. A paz é possível. Construí-la é o desafio, e a SBP diz “presente”!

Álbum das Famílias

Para contribuir para a prevenção da violência doméstica, a SBP acaba de lançar o Álbum das Famílias, publicação viabilizada por convênio

com o Ministério da Saúde. Em linguagem simples, está organizado em tópicos que abordam todas as formas de violência intrafamiliar: física,



psicológica, sexual, negligência. Foi adaptado pela dra. Rachel Niskier Sanchez, coordenadora de campanhas e representante da SBP no Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fórum DCA, do Livro das Famílias – publicação feita pela SBP e pelo Ministério da Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz/ Instituto Fernandes Figueira/ Escola Nacional de Saúde Pública/ Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Carelli. Foi enviado às 27 filiadas da SBP, às quais cabe realizar um planejamento de sua distribuição.

Começam os estágios do intercâmbio com Moçambique

“Uma experiência muito boa. As realidades são diferentes, mas poderei aplicar 90% do que estamos aprendendo e, de volta a meu país, esperamos ser agentes multiplicadoras”. O depoimento é da dra. Gizela Azambuja (1ª foto) que, com a dra. Ester Fernando (abaixo), inaugurou a linha de estágios firmados com o acordo de cooperação estabelecido entre a SBP e o Ministério da Saúde de Moçambique. As duas pediatras atuaram de março a maio no Instituto Fernandes Figueira - Fiocruz, no Rio de Janeiro, onde a dra. Gizela participou do trabalho da UTI neonatal e a dra. Ester Fernando da Unidade de Pacientes Graves. As duas também fizeram os Cursos de Reanimação Neonatal e de Reanimação Pediátrica da Sociedade

e, em junho, completaram a experiência no Hospital da Universidade de Brasília (UnB). No segundo semestre de 2008 chegarão mais três pediatras, já selecionados, dando continuidade ao intercâmbio científico entre a SBP e os



Fotos: Fernanda Reis (IFF/ Fiocruz)

países de língua portuguesa iniciado em 2005, na primeira gestão da atual diretoria, e coordenado pelo diretor de Relações Internacionais, dr. Fernando Nóbrega, e pelo dr. Dioclécio Campos Jr.

